

OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS QUE TRATAM DOS PROBLEMAS DOS INDIVÍDUOS QUE OCUPAM ESSES ESPAÇOS.

¹Dariane Batalha Magalhães

²Rosângela de Fátima Cavalcante França

³Wanda Isabel Senatore Vargas Rodrigues

RESUMO:

A expansão da fronteira agrícola no Brasil e os Projetos de Assentamentos Rurais, que datam da década de 1970, estão permeados de problemas. As configurações das políticas públicas para o assentamento materializam-se na fragilidade da presença do Estado e de seus órgãos, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Esse estudo, utilizando como fonte de pesquisa o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES, parte da seguinte indagação: até que ponto as produções científicas na área de educação, realizadas por estudantes de pós-graduação, em áreas de assentamento rural no estado do Amazonas, abordam a realidade vivenciada pelos indivíduos que ocupam esses espaços? Em conformidade com essa indagação, o objetivo desse estudo foi investigar se as dissertações e teses, na área de educação, constantes do banco de dados da CAPES, apresentam em suas discussões a problemática inerente aos Projetos de Assentamentos Rurais no estado do Amazonas.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais produção escrita; Amazônia; educação.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, o Governo afirma que há um grande vazio demográfico na Amazônia. *A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – convergia junto ao governo na tentativa de mostrar que a nossa estrutura agrária extremamente concentrada era limitante ao processo de industrialização do País.* O governo passa a estimular a instalação de empresas e cooperativas para a execução de projeto de

¹ Mestranda em Educação, na linha de Política e Gestão educacional na Universidade Federal de Rondônia-UNIR (2013-atual). Possui Graduação em Pedagogia pelo IEAA/UFAM. Está Professora Substituta no IEAA/UFAM. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Agroecologia e Socioeconomia-NUPEAS/IEAA-UFAM e do grupo de pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR/UNIR.

² Doutora em Educação Escolar pela UNESP/Araraquara (2010). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (1998). Especialização em Psicologia Pedagógica pelo ISOP/FGV-RJ (1983). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1978). Atualmente é Professora Adjunta I - DE da Universidade Federal de Rondônia.

³ Mestranda em Educação, na linha de Formação de Professores na Universidade Federal de Rondônia-UNIR (2013-atual). Possui Graduação em Ciências Biológicas pela UNEMAT (2001). Especialista em Educação Ambiental (2009). Está professora na rede pública Estadual em Rondônia-SEDUC/RO. Integra o grupo de pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR/UNIR.

colonização privada (SILVA, 2001, p.31). A região precisaria ser ocupada de forma imediata e o Governo começa esse processo de colonização por meio de duas formas: a colonização espontânea e a dirigida. A espontânea se dava quando as pessoas a serem colonizadas já moravam no local, e a dirigida consistia em trazer pessoas de outras regiões e instalá-las em colônias na Amazônia. (IANNI, 1979).

Os governos de diferentes estados a fim de evitar conflitos, adotaram como política o incentivo à abertura de novas frentes de expansão das fronteiras agrícolas. Assim, o processo acelerado de migrações para a região Amazônica serviu como uma válvula de escape para aliviar o potencial de conflitos em outras regiões em especial na região Nordeste, onde a concentração fundiária era centralizada e a propriedade da terra institucionalizada, e que passava por um intenso período de seca e fome (GOUVEIA E NOGUEIRA, 2013 *apud* SANT'ANNA E YOUNG, p. 19).

O padrão histórico de concentração de terras no Brasil produz um efeito de expulsão dos trabalhadores rurais. Assim a reivindicação de terras por povos tradicionais se traduz na criação crescente de assentamentos, terras indígenas, quilombolas e reservas agroextrativistas. O documento oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA designa os projetos de assentamento como:

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em áreas destinadas a Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnóstico precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e promoção econômica, social, cultural do trabalhador rural e seus familiares (Brasil, 2004, p.148).

Na região Norte do País são desde 1980, implantados aquilo que é denominado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – como: projetos especiais de Assentamento, os chamados projetos ambientais: Florestas Nacionais (FLONAS), Projetos agroextrativistas (PAE), Projeto de assentamento florestal (PA), Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e as reservas de desenvolvimento Sustentável (RDS), (LEITE, 2012).

Essas propostas apresentam na motivação central de sua criação a proteção e a garantia de preservação do patrimônio biológico em risco eminente. São vistos pelos agentes de estados, como barreiras para a fragmentação fundiária (MENEZES, 2009).

No Brasil, a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo (BERGAMASCO E NORDER, 2001, p. 9).

No processo de criação destas Unidades de Conservação, Assentamentos, Reservas agroextrativistas, terras indígenas deve ser feito a priori o diagnóstico a respeito da população que habita determinada região, deve ser levada em consideração a cultura de cada povo, a identidade, o potencial produtivo, o modo de pensar e se relacionar com a natureza. No entanto isso não ocorre da forma como foi proposta pelo governo, por diversos fatores (MENEZES, 2009).

A fragilidade de condições materiais, expressas na ausência de posto e atendimento adequado à saúde, de escolas e dificuldades de acesso à educação básica e superior de qualidade, de estradas para o escoamento da produção em áreas de assentamento, bem como a escassez de órgãos e acompanhamento do o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA afeta a realidade social dessas populações. Desta forma nos deparamos com *“uma infância, adolescência e juventude, desorientada frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade, e que tem se agravado com o processo de alienação e pelo pensamento provocado pelas experiências vivenciadas pelos que residem em espaços urbanos”* (PINHEIRO, s/d, p.1).

De acordo com o Ministério da Educação (2004) a análise do capital sociocultural, do nível educacional e do acesso à educação da população que vive no campo, são importantes indicadores das condições de desigualdades existentes entre a educação do campo e a urbana. Além de se tornarem base para a criação de políticas públicas.

Durante a busca de referências bibliográficas para o desenvolvimento de pesquisas que serão realizadas dentro de áreas de assentamento, em especial no Estado do Amazonas observamos a escassez de trabalhos acadêmico científico que utilizaram como objeto de estudo a educação dentro destes espaços. As produções sobre estas temáticas

estão concentradas no estado do Pará e Rondônia apesar do estado do Amazonas apresentar uma extensão territorial de equivalente a 1.559.161,682 quilômetros quadrados, 62 municípios uma população de tem 3.483,985 habitantes, dos quais 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 na área rural. Detém um dos mais baixos índices de densidade demográfica do país, com 2,23 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2012). Nele estão concentrados 51 Projetos de Assentamentos com mais de dez anos e 93 com menos de dez anos de criação, que possuem um total de 54.714 famílias assentadas (INCRA, 2013).

Diante disto, este estudo objetiva, por meio da pesquisa no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, investigar as produções acadêmico científicas, na área de educação, dando enfoque àquelas relacionada às políticas educacionais, realizadas por estudantes de pós-graduação em áreas de assentamento rural no estado do Amazonas nos últimos três anos, para assim compreender os debates que estão sendo traçados a respeito dos problemas que permeiam estes espaços.

1. Das produções acadêmico científicas no Âmbito das Políticas Públicas Educacionais.

As discussões relacionadas ao âmbito das políticas educacionais no Brasil e em outros países da América Latina é ainda um campo em construção. A elaboração de produções acadêmico científica que discutam e expressem a realidade dentro de áreas de assentamento e de diversos outros espaços constituem-se em uma tarefa relevante e necessária, pois os fundamentos e contribuições dos diferentes enfoques teórico, tais como: estruturalismo, pós-estruturalismo, o marxismo, o enfoque sistêmico, pluralismo, feminismo entre outros contribuem para evidenciar problemas existentes e conduzem o estado na busca de soluções (MASSON, 2012).

Muitas são as contribuições sobre a realidade dos assentamentos rurais no país. Borges (2014) evidencia que a história da conquista da terra e relações estabelecidas após a formação dos assentamentos são temas de inúmeros trabalhos científicos. A pesquisa em assentamentos rurais não é nenhuma novidade, bem como seus referenciais teóricos e metodológicos, neste caso podem ser destacadas segundo ele, extremidades analíticas.

De um lado, as abordagens que referem-se aos assentamentos com uma “ilha” em que as relações sociais são estabelecidas em

torno de uma organização particular, articulada pelas trajetórias individuais num mesmo espaço de sociabilidade. Do outro, tem-se o oposto a essa perspectiva, análises da realidade dos assentamentos rurais de acordo com teorias generalizantes, que dimensionam a realidade através do processo de integração e reprodução da totalidade social. E esta segunda é a que mais nos interessa (IBID, 2014, p.1)

Não é intenção adentrar nas especificidades teóricas dessas análises, mas apenas exemplificar dois paradigmas de investigação que concorrem entre si desde os primórdios das ciências sociais.

Segundo Masson (2012) estudos de (Mainardes; Santos; Tello, 2011; Tello; Mainardes, 2012) destacam que os fundamentos teóricos das pesquisas relacionadas às políticas educacionais têm sido empregados de formas variadas pelos pesquisadores. Em alguns casos, conforme tem sido evidenciado por Tello (2009), Mainardes (2009) e outros autores, muitos pesquisadores neste campo não têm explicitado os referenciais teóricos e os posicionamentos epistemológicos que fundamentam as suas pesquisas. Este fator dificulta a compreensão do processo de produção do conhecimento.

Há neste lócus a necessidade de tecer discussões que ajudem a apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. A análise de Política, relacionada à educação engloba um grande espectro de atividades, todas elas envolvidas de uma maneira ou de outra com o exame das causas e consequências da ação governamental e do modo de produção que domina nossa sociedade.

Neste contexto vemos que não é possível apreender o significado de uma política educacional sem a apreensão da lógica global de um determinado sistema de produção e para apreensão desta realidade o uso do método da economia política junto a obra de Marx, é o mais indicado, pois seu conteúdo contribui na compreensão da política educacional a partir dos determinantes econômico, histórico, político e cultural (ALVES, 2001)

2. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se enquanto documental, Figueiredo (2009) pois as informações nela contidas foram coletadas a partir dos documentos existentes em documentos de arquivos públicos obtidos junto a Plataforma online da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os dados coletados referem-se a produções acadêmicas científicas especificamente Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que tiveram como objeto de estudo a Educação dentro de áreas de assentamento Rural no Estado do Amazonas defendidos e publicados entre os anos de 2011 e 2013.

Os dados utilizados para a elaboração deste trabalho foram coletados em março de 2014 e consistiram nas seguintes etapas: 1) Busca no Site oficial da CAPES. 2) Seleção das produções com as especificidades expostas no parágrafo anterior. 3) Leitura dos trabalhos para compreender as problemáticas abordadas pelos pesquisadores nestas áreas de estudo; Observação da metodologia utilizada nos estudos e os resultados destes trabalhos. 4) análise e produção deste artigo.

A análise dos dados desenvolve-se numa abordagem que destaca a técnica da análise de conteúdo. Neste o objetivo é “*a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão deste conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem*” (BARDIN, 2007, p. 41) Por tanto, a análise de conteúdo propõem-se possibilitar

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a <<discursos>> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência (Ibid, p7).

Desta forma, os resultados foram tratados de maneira a serem significativos e válidos.

3. Apresentação e discussão dos resultados

Ao final do estudo identificamos que há um baixo índice de produção acadêmica realizadas em áreas de assentamento no estado do Amazonas, os existentes concentram-se nos assentamentos próximos a Manaus e no norte do Estado, sendo esta temática escassa no centro oeste, leste e sul do Amazonas.

Identificamos apenas (18%) de teses de doutorado, sendo (9%) na área de ciências ambientais (9%) na educação. Os (82%) de dissertações de mestrado dividem-se entre as áreas de ciências biológicas (18%), Engenharia Florestal (27,5%), Direito (9%), ciências ambientais (9%) e na educação existem (18,5%).

Das produções encontradas no banco de dados da CAPES, as principais pesquisas realizadas dentro de assentamento trazem em sua problemática o desmatamento, queimadas, lutas pelo uso da terra e o uso indevido de recursos naturais, produtividade agrícola (agroecologia e agricultura familiar), sendo debatidas pelas áreas de Ciências agrárias e da terra, e ciências biológicas e ambientais.

Somadas as teses e dissertações (27,5%), das que tratam da educação nestes espaços, verificamos que estas retratam experiências e desafios encontrados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, formação dos professores, os desafios e principais problemas que efetivam a garantia de um ensino aprendizagem de qualidade.

Os trabalhos baseiam-se em discussões que são realizadas desde 1998, na I Conferência Nacional “Por Uma Educação no Campo” na cidade de Luziânia em Goiás que teve como principal objetivo ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda da política nacional do país.

As entidades promotoras deste evento, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UNB). Redigiram um texto que serviu de base para discussões subsequentes sobre educação do campo. O texto denuncia sua situação atual, o preconceito, o desleixo político e também propõem melhorias para a educação no meio rural, *“a discussão principal, nesta Conferência nos parece ser a de garantir que todas as pessoas do meio rural tenham acesso a uma educação de qualidade, voltadas para o interesse da vida no campo”*. (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2009. p.23).

Desta conferência surgem as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo CEB nº 36/2001, aprovada em 2002 pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril. Este documento ressalta que

A educação do campo tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a

ligação entre os seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001.p. 1)

Este documento constitui um passo fundamental na construção da Política Nacional de Educação no Campo, todavia, a lentidão faz com que as políticas educacionais não alcancem proporções significativas e se efetivem concretamente na escola do campo de toda sociedade brasileira.

O PRONERA, política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro é fruto dos debates realizados em 1998 nesta I conferência. Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas (BRASIL, 2004). Este documento é um dos mais utilizados para fundamentar os trabalhos pesquisados.

A análise dos dados baseiam-se em autores como Paulo Freire, devido ao fato desse ser o percussor dos debates relacionados à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, para ele, a escola precisa mudar sua função de construção da cidadania proposta pela teoria neoliberal, concretizada por uma pedagogia de opressão, para ser construtora, de um ⁴éthos libertador, através de uma práxis também libertadora (FREIRE, 1996).

Os resultados evidenciam um número restrito de trabalho a nível de Pós graduação e as discussões neles apresentadas nos instiga a evidenciar a necessidade de fomentar investigações que nos permitam perceber a realidade dos indivíduos que residem nestes espaços e superar os problemas que muitas vezes são criados pelo próprio estado, quando minimiza sua função a implantação de assentamentos e os deixa sem as condições materiais necessárias para produção de suas próprias condições materiais de existência.

Neste caso observamos a ausência do uso da abordagem ontológica o marxiana é um enfoque teórico que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e

⁴ Em antropologia caracteriza-se como aquilo que é próprio e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais. Neste caso Freire (1996) trabalha com a pedagogia da autonomia, estimula professores e educandos a se sentirem partícipes de um projeto capaz de transformar esta realidade, com alternativas que possibilitem melhorias para os próprios sistemas de suas vidas, de contínuas decisões, retornos, avaliações e novas reflexões.

universalidade. Esse enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade (ALVES, 2001).

Considerações Finais

Olhar para a singularidade no processo de escrita oferece possibilidades de explicações mais acuradas sobre a relação sujeito com a realidade. Na perspectiva de uma reflexão crítica, acreditamos ter contribuído com uma discussão inicial sobre a necessidade de fomentar investigações relacionadas a políticas educacionais em áreas de assentamento no estado do Amazonas.

Lembramos que nosso banco de dados se restringiu a CAPES e no Estado do Amazonas existe a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) as quais não foi investigada. No entanto as produções acadêmico científicas da pós graduação em educação (27,5%) dos últimos três anos (2011, 2012, 2013), relacionada ao número de assentamentos que existem no estado um total de (144), evidencia o baixo interesse por esta área de estudo e pelos problemas sociais e educacionais das populações que nela residem, torna-se, um objeto de estudo que poderá trazer contribuições significativas para a pesquisa em educação.

REFERENCIAS

ALVES, Gilberto Luis. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2001.

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação no campo**. 4 ed. –Petropolis, RJ. Editora Vozes, 2009.

AZEVEDO, Marcio Adriano de. **Politica de Educação no Campo: Concepção, Processos e Desafios**. s/d.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70 LTDA, abril de 2007.

BORGES, Juliano Luis. **Assentamentos rurais: contribuições teóricas para investigação nas Ciências Sociais**. In Revista Espaço Acadêmico – Nº71 – ABRIL/2007-MENSAL – VI ISSN 15196186 **Acesso ao site** <http://www.espacoacademico.com.br> dia 02 de março de 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma agraria-INCRA. Assentamento no Estado do Amazonas. Acesso ao site: <http://www.incra.gov.br/assentamento> no dia 12 de abril de 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma agraria-INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria. Manual (Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 282, de 26 ABRIL de 2004) Acesso ao site: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf no dia 25 de maio de 2012.

FIGUEREDO, Patrícia da Mota Vieira. Estruturação do Trabalho Acadêmico-Científico: O Projeto, Rio de Janeiro, 2009, acesso ao site: Monografias.com no dia 11/01/2012.

GOUVEIA, Ana Paula Teixeira. NOGUEIRA, Ana Cláudia Fernandes. **Principais conflitos pelo uso da terra em projetos de Assentamento Agroextrativista no Município de Humaitá/Amazonas: O Caso Do PAE-Botos.** RELATÓRIO FINAL: PIB-H 0010/2012 – FAPEAM-2013.

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira).

LEITE, Sergio Pereira. **Assentamento Rural.** In: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALETEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 108-111.

MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. **Expansão da fronteira agropecuária e mobilização dos povos tradicionais no sul do Amazonas.** In ALMEIDA Wagner B. de. Conflitos Sociais no campo no “Complexo Madeira”: Projeto nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009. P 231. [cap. I e II].

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A Educação do campo na Amazônia paraense e a multissérie.** In, **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira: (página 2),** acesso ao site: Monografias.com no dia 11/08/2011.

SILVA, José Graziliano da. **QUESTÃO AGRÁRIA.** São Paulo . Brasiliense, 2001.

SILVA, Viviane Vidal da; VETTORAZZI, Carlos Alberto; PADOVANI Carlos Roberto. **Assentamento rural e a dinâmica da paisagem.** In. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.7000.